

O início do processo de avaliação psicológica

The beginning of psychological Assessment process

CARLA LUCIANO CODANI HISATUGO*

Resumo

A avaliação psicológica possui grande importância para a atuação do psicólogo e deve ser contemplada como um relevante aspecto à formação do aluno do curso de psicologia. Trata-se de uma comunicação breve sobre aspectos primordiais para o início do processo de avaliação psicológica, considerando o respeito ético ao bem-estar da pessoa, suas demandas e peculiaridades. Compreender a complexidade e a gama de preocupações e cuidados pertinentes a esta atuação faz parte da proposta deste texto, tendo como discussão principal a necessidade de uma atenção ao início do processo investigativo.

Palavras-chave: Psicologia; Testes; Avaliação Psicológica.

Abstract

The psychological evaluation has major importance for the psychologist and must be considered as a relevant aspect for the training of student of psychology. This is a brief communication on the main aspects for the beginning of the psychological evaluation, considering the ethical respect to the well-being of the person, their demands and

* Pós-doutoranda em Psicologia pelo Departamento de Psicologia da Aprendizagem, Desenvolvimento e Personalidade no IPUSP – Instituto de Pesquisa da Universidade de São Paulo. Doutora em ciências pelo Departamento de Pós-graduação em Psiquiatria e saúde mental da UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo, Escola Paulista de Medicina. Coordenadora do Curso de Psicologia da Universidade Metodista de São Paulo.

peculiarities. To understand the complexity and range of concerns and care relevant to this professional action is part of the purpose of this text. Having as main discussion the need for early attention of the investigative process.

Keywords: Psychology; Testing; Assessment.

A importância do ensino em avaliação psicológica se constata em critérios e diretrizes de nossos conselhos psicológicos e educacionais, os quais indicam a obrigatoriedade desta temática na matriz curricular de cursos de psicologia de nosso país (NUNES et al. 2012). Essa formalidade se explica dentro da argumentação de que a avaliação psicológica, procedimento único ao psicólogo, está inserida em diversas oportunidades de atuação, áreas e temáticas (ALCHIERI; CRUZ, 2004). O profissional que se propõe ao ensino destas práticas sabe da importância do conhecimento em psicopatologia, psicometria, saúde mental, processos psicossociais, desenvolvimento humano e a atuação psicoterápica, entre outros importantes aspectos (ANASTASI; URBINA, 2000). O aluno é preparado para o processo de avaliação psicológica e deverá saber sobre importantes aspectos referentes ao início deste processo. Principalmente dentro do contexto ético.

A ética é base fundamental do início do processo de avaliação psicológica. Parte-se do contexto de que este processo deve respeitar direitos e necessidades básicas humanas, cabidas as vertentes neurovegetativas, fisiológicas, comportamentais, emocionais e espirituais. Em outras palavras, o início do processo de avaliação psicológica consiste em perceber o contexto desta avaliação: a área (se clínica, hospitalar, comunitária, jurídica, educacional), a idade e gênero, o propósito, o histórico e a demanda, o local de atuação (PASQUALI, 2001).

Deste modo, a avaliação, entendida como um todo que abrange procedimentos de observação e interpretação de pessoas e grupos, deve inicialmente respeitar preceitos éticos estabelecidos por regulamentações de nossa profissão, bem como o bom senso.

Os preceitos éticos regulamentados envolvem a preocupação em não submeter uma pessoa, ou grupo de pessoas, aos procedimentos de avaliação, caso as mesmas estejam sem condições emocionais,

físicas e espirituais para este processo (CUNHA, 2000). Alguns casos podem ser exemplificados. Uma criança em situação de abuso sexual, com evidentes sintomas de transtornos mentais como depressão, ansiedade, transtorno de estresse pós-traumático, deve ser respeitada em sua menor habilidade para lidar com situações de testagem ou exame psicológico que possam lhe ocasionar maior sofrimento psíquico. Neste caso, os testes projetivos e expressivos poderão auxiliar, desde que se considere o ritmo e os sinais de cansaço e sofrimento evidentes na criança, evitando haver maior estresse. Pacientes em situação de torpor devido a maiores doses de medicação não devem ser submetidos a testagens, considerando não estarem em estado natural para responder às demandas de testes. Deficiências e dificuldades físicas e mentais devem ser consideradas para a escolha de procedimentos de avaliação psicológica, assim como pessoas debilitadas por diferentes motivos.

O cuidado com o tempo de avaliação muito extenso em pessoas com sofrimento psíquico deve sempre ser considerado. As crianças possuem peculiaridades que estão relacionadas ao seu desenvolvimento e que devem ser respeitadas. A menor capacidade de concentração e maior dispersão são alguns exemplos de aspectos comuns à faixa de desenvolvimento infantil. Bem como, nessa mesma linha, a dificuldade de explicar, de modo mais consciente e verbalmente coerente, uma série de sintomas que estão sendo vivenciados pela mesma. Ou seja, a criança indicará muito mais pelo seu comportamento sobre seus temores, anseios e fantasias. Comportamentos mais agressivos ou mais emotivos (choro) que destoem de outras crianças da mesma faixa etária, muitas vezes são importantes indicativos de sintomas psicopatológicos ou sofrimento psíquico não verbalizado.

Os adolescentes podem verbalizar de modo mais coerente e consciente os seus sintomas. Entretanto, a fase adolescente também irá envolver muitas peculiaridades que devem ser consideradas. A maior angústia em relação aos aspectos interpessoais e à sexualidade são alguns dos importantes aspectos desta fase. A ambivalência e a pouca percepção de limites em relação à própria vida e a morte também são características a serem consideradas. As implicações de sentimentos de exclusão e rejeição, a procura por ídolos e as preocupações com o próprio corpo e imagem são outros exemplos

desta fase. Em muitos casos, o adolescente em situação de avaliação psicológica não apresenta interesse em estar neste processo, principalmente em situações clínicas – havendo uma demanda familiar ou da escola que não condiz com suas vontades, desejos e fantasias. Nestes casos, o início do processo de avaliação deverá consistir em uma abordagem direcionada ao jovem respeitando seus valores e vontades, impedindo-o de expor-se a riscos de vida, mas com a ciência de que haverá maiores tentativas de relutar ao processo avaliativo.

As situações jurídicas são pertinentes a uma procura por casualidade e julgamento envolvendo culpabilidade e busca por tendências de comportamentos ou incidências de determinadas atuações consideradas inadequadas. Estes aspectos são muitas vezes o reflexo da demanda de profissionais da área jurídica, mais voltados aos trâmites de julgamento e culpabilidade. Neste contexto, exigem do psicólogo que lhes diga se aquela pessoa avaliada é culpada, vítima, se haverá reincidência... Estes aspectos não cabem ao profissional psicólogo responder. Entender as limitações do processo de avaliação psicológica também consiste em um bom início. Saber que se poderá indicar algumas tendências de comportamento, sintomas psicopatológicos (como indícios de psicopatia, por exemplo), existência de aspectos relativos ao quadro de estresse pós-traumático, verificação de possíveis vivências de abusos sexuais, morais e físicos ocasionando importante sofrimento psíquico. Mas, afirmar que uma pessoa foi realmente o assassino de alguém, que irá realmente matar outra pessoa, que deverá ficar reclusa um número específico de horas, não cabe ao psicólogo nem tampouco deve ser parte do laudo de avaliação psicológica.

As pessoas em situação de estresse pós-traumático e/ou luto também necessitam de cuidados e atenção voltados ao processo de perda, sintomas depressivos e ansiogênicos. Para estas pessoas, um bom início será ater-se aos principais fatos históricos em suas vivências envolvendo o contexto de sofrimento acentuado. Não se pode começar um processo de avaliação psicológica que seja extremamente exaustivo, com perguntas excessivas, baterias de testes psicológicos e métodos de avaliação que se sabe propiciariam angústia durante a sua aplicação.

Estes são apenas alguns exemplos de cuidados com o contexto e com as pessoas dentro deste contexto para o início do processo de avaliação psicológica. Deste modo, um bom início é considerar o quanto de sofrimento está presente na pessoa ou grupo. Isso virá como uma das primeiras informações visíveis, geralmente, pelo psicólogo logo de imediato. Muitas vezes, como parte do contexto de avaliação, outras como primeiras impressões a respeito da pessoa, ou grupo, a ser avaliada.

Evitar promessas perante o início deste processo também é pertinente. Ao ainda não saber sobre o desfecho da avaliação, o profissional não possui a menor condição de responder ou corresponder às muitas questões e pedidos que lhe são feitos por parte de familiares, colegas, amigos ou demais pessoas, todos relacionados com o grupo ou pessoa avaliada. Os pais de crianças e adolescentes em situação de avaliação pedem prazos para o resultado sobre o que está ocorrendo com seus familiares. Muitas vezes, perguntam se será possível haver cura, se eles se sentirão mais confortáveis perante o desfecho da avaliação. Nenhum destes aspectos é possível de ser previsto no início da avaliação. Alguns profissionais com longa experiência indicam datas fixas para o contato com o avaliando, mas mesmo nestas situações saber sobre o desfecho da avaliação é impossível. Afinal, este não é um campo de previsões mágicas sobre o futuro.

Entender que alguns contextos serão mais hostis ao avaliador também é um bom começo. Principalmente em situações jurídicas de avaliação de pessoas em processo de julgamento por crimes graves ou em estado de doenças mentais agravadas pela perversão, sadismo e agressividade. Haverá uma tentativa maior de manipulação e simulação nestes casos, quase que premissa básica para este processo. Felizmente, podem-se perceber nítidas tentativas de simulação e manipulação de dados por meio da observação atenta do avaliador, indicando importantes sintomas psicopatológicos ou comportamentos mais inadequados.

Respeitar a espiritualidade e religiosidade da pessoa ou grupo em avaliação também é um bom começo. Muitas pessoas possuem comportamentos comuns às suas comunidades espirituais que não necessariamente estão consideradas adequadas do ponto de vista

psiquiátrico, psicológico ou mesmo social. Em outros casos, existem restrições quanto ao modo de relacionamento interpessoal entre avaliador e avaliado, como maneiras de cumprimentar, contato, verbalização. Considerar a abrangência e limitação da avaliação dentro deste contexto também é fundamental.

Deste modo, a avaliação psicológica consiste em usar de importantes instrumentos de análise da pessoa ou grupo, considerando a possibilidade de haver aspectos que irão alterar as limitações e abrangências deste procedimento. O bom início deste processo está relacionado com o respeito à pessoa e ao seu grupo, o contexto, a área, a demanda, conforme exemplificado. Os aspectos subjetivos da pessoa serão expostos neste processo, bem como a sua capacidade de perceber a realidade, a coerência do pensamento, o sofrimento emocional, os desejos, sonhos, expectativas e o comportamento interpessoal, além da autoestima e autoimagem (EXNER, 2004).

O processo de avaliação requer um bom começo, assim como necessitará de um importante conhecimento e experiência para manter-se coerente com a abordagem necessária (CUNHA, 2000), finalizando em um importante resultado a ser apresentado para o(s) avaliado(s). O processo de avaliação, o *feedback* e o desfecho deste procedimento requerem um capítulo à parte. Talvez um tema para uma próxima comunicação breve. Saber começar não é suficiente, caso não se tenha consciência de todo o processo todo e das implicações do *feedback* e do desfecho deste processo. O acompanhamento de um supervisor para os casos onde o psicólogo ainda não possui experiência é fundamental. Deste modo, a coerência em todo o processo é extremamente relevante. Necessitando haver um começo, meio e fim adequados.

Referências

ALCHIERI, J. C.; CRUZ, R. M. **Avaliação psicológica: conceito, métodos e instrumentos**. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

ANASTASI, A.; URBINA, S. **Testagem psicológica**. 7. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

CUNHA, J. A. Estratégias de avaliação: perspectivas em psicologia clínica. In: CUNHA J. A. et al. (Orgs.). **Psicodiagnóstico V**. Edição revisada e ampliada. 5. ed., Porto Alegre: Artmed, 2000.

EXNER, J. E. **A Rorschach Workbook for the Comprehensive System**. 5. ed. Asheville: Rorschach Workshops, 2004.

NORONHA, A. P. P. **Avaliação Psicológica Segundo Psicólogos: Uso e Problemas com Ênfase nos Testes 1999**. (Tese de Doutorado.) Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 1999.

NUNES, M. F. O. et al. Diretrizes para o ensino de avaliação psicológica. **Avaliação Psicológica**, v. 11, n. 2, p. 309-316, 2012.

PASQUALI, L. **Técnicas de Exame Psicológico – TEP**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

Contato da Autora:

Rua Dom Jaime de Barros Câmara, 1000

Planalto - São Bernardo do Campo - SP

CEP: 09895-400

E-mail: carla.hisatugo@metodista.br

Recebido em: 01/10/2013

Aceito em: 04/11/2013